



Esforço concentrado começa com minirreforma eleitoral

Semana terá sessões de votação a partir de segunda, quando será apreciado o projeto que altera as regras eleitorais. Vetos presidenciais também serão votados

A próxima semana será de esforço concentrado de votações no Senado. Na pauta, estão projetos importantes, como a minirreforma eleitoral e a extinção do voto secreto no Congresso Nacional.

A quinta-feira será dedicada ao tema da saúde e terá a participação do ministro Alexandre Padilha.

Renan Calheiros fez apelo para que os senadores estejam em Plenário já na segunda-feira e líderes já começaram a mobilização. **3**



Waldemir Barreto/Agência Senado

Renan Calheiros (à mesa) anunciou a pauta do esforço concentrado e convocou os senadores para estarem presentes

Senado corta 50% dos gastos com Correios e vai economizar na compra de insumos **2**

Senadores tentam impedir leilão de petróleo devido a espionagem **6**

Prisão cautelar para extradição ganha novas regras **7**

Acordo Brasil-Reino Unido evitará dupla tributação **7**

Comissão aprova embaixador na Irlanda

Afonso Cardoso foi sabatinado ontem pela Comissão de Relações Exteriores, que aprovou a indicação para o embaixador na Irlanda. Também recebeu parecer favorável José Roberto de Almeida Pinto

para representante na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. A comissão suspendeu temporariamente o exame da indicação de Raymundo Santos Rocha Magno para a embaixada na Bolívia. **7**

Proposta de atendimento a alunos especiais gera polêmica **5**

Municípios poderão definir tamanho de áreas de preservação **8**

Pesquisa aponta apoio a internação obrigatória de usuários de drogas **4**



José Cruz/Agência Senado

Senador Ferraz (C) coordena sabatina com Cardoso (E) e Almeida (D), que agora terão os nomes analisados pelo Plenário

O SENADO VOTOU. AGORA É LEI

Retirada e reconstrução da mama em uma só cirurgia
Lei 12.802/2013

O tratamento do câncer de mama não precisa deixar essa marca

O Congresso Nacional aprovou a lei que obriga o SUS a fazer a retirada e a reconstrução da mama afetada em uma só cirurgia, quando não houver contraindicações. Uma medida que valoriza a autoestima da mulher.

Saiba mais em:
www.senado.leg.br/agoraelei



Medida evita desvio das cotas de correspondência, que muitas vezes não eram utilizadas, e Renan afirma que a decisão vai ao encontro da política de austeridade que vem sendo adotada pela Casa



Primeiro-secretário do Senado, Flexa Ribeiro discute a redução com o presidente da Casa, Renan Calheiros

Senado corta pela metade despesas com correio

A COMISSÃO DIRETORA do Senado aprovou ontem corte de 50% nas despesas com mensagens pelo correio, além de mudança na distribuição da cota postal dos senadores e da Casa, fixando critério mais igualitário para custeio dos gastos com cartas e telegramas, por exemplo. O presidente do Senado, Renan Calheiros, disse que a decisão vai ao encontro da política de austeridade que vem sendo adotada pela Casa.

Cada unidade postal corresponderá ao preço de uma carta simples (R\$ 1,20), conforme tabela dos contratos entre o Senado e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT).

— Adotamos uma medida que evita desvio de cotas de correio especificamente a partir do desvio de selos — disse o primeiro-vice-presidente, Jorge Viana.

O valor da redução está sendo calculado pelo primeiro-

secretário, Flexa Ribeiro, autor da proposta.

— Vamos ter uma redução bastante significativa numa cota que muitas vezes nem era utilizada pelos gabinetes dos senadores — afirmou Viana.

Critérios

A franquia mensal de cada senador será calculada em função dos seguintes critérios: 35% distribuídos de modo proporcional à população do respectivo estado, conforme o mais recente censo demográfico feito pelo IBGE; 45% distribuídos de modo inversamente proporcional ao indicador oficial de utilização da internet por unidade da Federação, auferido pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad); e 20% distribuídos igualmente entre os estados.

Normas anteriores estabeleciam que cada parlamentar

podia enviar duas cartas para cada mil habitantes do estado. Ao todo, os senadores tinham o direito de enviar mais de 390 mil cartas por mês. Com a edição do novo ato, o número cai para aproximadamente 193 mil. O texto aprovado ontem revoga três atos que regulamentavam o uso da cota postal: 25, de 1991; 13, de 1995; e 7, de 2004.

De acordo com a justificativa do ato, o critério exclusivamente populacional para cálculo da cota postal dos senadores vinha se mostrando inadequado, na medida em que desconsiderava “as imensas desigualdades regionais existentes entre os estados”.

“A utilização da cota postal pelos senadores indica que a demanda pelos serviços postais convencionais tende a ser menor nos estados com maiores índices de acesso à internet”, diz a justificativa.

Franquia mensal passa a ser igual para os líderes

O texto unifica em 1.389 unidades postais a franquia mensal destinada a custear as despesas com o envio de correspondência por líder e integrante da Mesa. Antes, as despesas variavam de acordo com o estado de origem do titular e o tamanho da população, o que fazia com que o número variasse entre 4.000 e 82.524 unidades postais. Agora, a franquia anual destinada a custear o envio de correspondência pelos órgãos da estrutura administrativa fica limitada a 5% do valor anual do contrato entre Senado e Correios. As cotas são acumuláveis apenas dentro do mesmo exercício financeiro.

Novo plano de arquivos garante transparência

A Comissão Diretora também aprovou o Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade de Documentos de Arquivo do Senado e do Congresso. O programa visa padronizar os procedimentos arquivísticos para auxiliar na racionalização administrativa, além de preservar documentos de valor cultural, científico e histórico, garantir transparência e assegurar rápido acesso à informação, em conformidade com o Ato da Comissão Diretora 9/2012. Durante a reunião, também foram aprovados requerimentos de informação destinados a ministérios.

Renan propõe controle maior de gastos

Renan anunciou a criação de um programa permanente de contenção de custos, com novos procedimentos para a aquisição de insumos. A Comissão Diretora já economizou R\$ 300 milhões para o biênio 2013-2014. Ele acredita ser possível economizar mais.

— Estamos criando programa de melhoria da qualidade do gasto público no âmbito do Senado. Pretendemos integrar os setores de compra, fiscalizar melhor e combater a cultura da aquisição, algumas vezes, sem necessidade alguma, como observamos recentemente na

Casa. Já tive de cancelar contratos totalmente dispensáveis. Os tempos são de comedimento, especialmente com recursos públicos — disse.

O projeto de resolução ainda será apresentado e precisa passar pelo aval da Comissão Diretora.

TV Senado apresenta programa sobre manifestações de rua

A TV Senado apresenta amanhã, às 12h30, programa especial sobre os protestos de junho, que levaram milhões de pessoas às ruas 20 anos depois dos caras-pintadas e quase 30 anos após as Diretas Já. “Brasil na Rua”, do *Repórter Senado*, aborda as manifestações sob a óptica de quem participou do movimento, de cientistas políticos, filósofos, psicólogos e parlamentares.

O programa analisa a dimensão das manifestações e como elas afetaram as relações políticas, culturais e sociais. As expressões pacíficas e violentas, a mobilização e a cobertura pelas redes sociais em choque com a mídia tradicional, as respostas das

autoridades e os protestos brasileiros no contexto mundial. O programa será reprisado no sábado, às 22h30, e no domingo, às 9h e 17h.

Como sintonizar

TV POR ASSINATURA

• 07 Net • 169 Sky • 183 TVA • 903 Oi • 121 Via Embratel •

TV ABERTA

• Brasília 51 UHF e 50.1 digital UHF
• Gama (DF) 36 UHF • São Paulo (SP) 61.3 digital UHF • Salvador (BA) 53 UHF • João Pessoa (PB) 40 UHF • Recife (PE) 55 UHF • Manaus (AM) 57 UHF • Natal (RN) 52 UHF • Macau (RN) canal 22* • Cuiabá (MT) 55 UHF • Fortaleza (CE) 43 UHF • Rio Branco (AC) 16 UHF • Rio de Janeiro (RJ) 49 UHF (Zona Oeste) •

* TV Litorânea, afiliada à TV Senado

Votação da LDO aguarda orçamento impositivo

A votação do relatório final da proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias — LDO (PLN 2/2013) para 2014 foi adiada para quarta-feira. Segundo o presidente do colegiado, senador Lobão Filho (PMDB-MA), houve acordo com o governo para aguardar o Senado votar a PEC do Orçamento Impositivo.

— Havíamos combinado votar a LDO, mas convém aguardar a votação desse

tema para que ele seja incorporado à LDO.

O relatório foi feito de acordo com a Proposta de Emenda à Constituição do Orçamento Impositivo (PEC 22/2000), que torna obrigatória a execução orçamentária e financeira das emendas parlamentares ao Orçamento até o total global de 1% da receita corrente líquida do ano anterior.

(Da Agência Câmara)

Casildo pede voto de pesar pela morte do ex-senador Otair Becker

Casildo Maldaner (PMDB-SC) apresentou ontem requerimento de voto de pesar pelo falecimento do ex-senador e empresário Otair Becker. Ao ler o requerimento, também assinado por Luiz Henrique (PMDB-SC) e Paulo Bauer

(PSDB-SC), Casildo destacou a atuação de Becker como senador, prefeito e deputado estadual, e também como fundador e presidente da Oxford Porcelanas e integrante da Associação Empresarial de São Bento do Sul (SC).

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Sessão de discursos

9h Sem votação de projetos, a sessão é não deliberativa e destinada a pronunciamentos.

PRESIDÊNCIA Frente Nacional de Prefeitos

12h O senador Renan Calheiros recebe o secretário-executivo da Frente Nacional de Prefeitos, Gilberto Perre.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**:



<http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**:



<http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Alvaro Dias enaltece obra do ex-presidente Juscelino Kubitschek

Em discurso no Plenário ontem, o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) prestou uma homenagem ao ex-presidente Juscelino Kubitschek. Nascido em Diamantina (MG), JK estaria completando 111 anos ontem. Alvaro Dias lembrou que JK era filho de um caixeiro-viajante e de uma professora e conseguiu se formar em Medicina.

— JK revolucionou o Brasil. Ele deixou um legado valioso ao seu povo: a brasilidade revestida de empreendedorismo — afirmou.

Para o senador, no período em que JK foi presidente, o Brasil viveu uma era de desenvolvimento, planejamento estratégico e modernização da economia.

— Faço esse singelo registro, agradecendo a JK o seu exemplo cívico, que inspira os brasileiros — disse o senador.



Alvaro diz que JK deixou um legado valioso de empreendedorismo

Rolleberg lembra os 111 anos de nascimento de JK, celebrados ontem

O senador Rodrigo Rolleberg (PSB-DF) registrou ontem os 111 anos de nascimento do ex-presidente Juscelino Kubitschek (1902–1976), que classificou como o político mais completo da história brasileira. O parlamentar afirmou que, ao construir Brasília, Juscelino compreendeu o espírito empreendedor do povo e a necessidade de integração nacional.

Rolleberg salientou as dificuldades enfrentadas na década de 1950 para a construção da nova capital federal — obra que, frisou o senador, fez o Brasil voltar os olhos para o interior. O parlamentar exaltou a capacidade de Juscelino de reunir pessoas de talento “que sonhavam construir um Brasil diferente”, entre as quais destacou Lucio Costa, Oscar Niemeyer, Athos Bulcão e Darcy Ribeiro.



Rolleberg lembra que JK fazia do diálogo prática política cotidiana



Agripino (C) diz que minirreforma moraliza eleição, e Braga (D) quer convocar base governista para semana de votação

Minirreforma eleitoral inicia esforço concentrado

Proposta, cuja análise foi adiada na quarta-feira, reduz gastos de campanha e dá mais transparência às eleições. Renan fez apelo para que senadores compareçam ao esforço de votação

O PRESIDENTE DO Senado, Renan Calheiros, anunciou ontem que o projeto de minirreforma eleitoral (PLS 441/2012) deve ser votado na segunda-feira, primeiro dia da semana de esforço concentrado. A matéria seria votada na sessão da última quarta-feira, mas a votação acabou sendo adiada, já que poderia não haver quórum para aprovar uma matéria em que ainda não há consenso.

— Ontem [quarta], evidentemente, não havia clima, porque a matéria não é consensual, mas na segunda-feira, depois da discussão, eu espero que nós tenhamos condição de votá-la — afirmou o presidente.

O projeto, de autoria do senador Romero Jucá (PMDB-RR), reduz gastos de campanha e dá mais transparência às eleições, além de igualdade de condições aos candidatos. Para que valham nas eleições de 2014, as mudanças precisam ser aprovadas pelo Senado e pela Câmara até o fim do mês.

Após o anúncio de Renan no Plenário, o presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), classificou como fundamental iniciar o esforço concentrado com a minirreforma eleitoral. O senador destacou o número de emendas recebidas na comissão — mais de 50 —, o

que prova o envolvimento dos parlamentares com o tema.

Já o senador José Agripino (DEM-RN) afirmou que é preciso votar a matéria para moralizar o processo eleitoral. O senador disse ter concordado com o adiamento da votação, já que a matéria é complexa, e elogiou o trabalho da Presidência para votar propostas de interesse da sociedade.

— Quero fazer o registro, em nome do meu partido, do esforço da Presidência no sentido de fazer com que a pauta do Senado sinalize para a sociedade o interesse por um padrão ético de fazer

política. Estou inteiramente de acordo com que façamos, na próxima semana, uma semana de esforço concentrado — disse Agripino, líder do DEM no Senado.

Renan fez um apelo para que os senadores estejam em Plenário já na segunda-feira para as votações, que ocorrerão todos os dias da semana. Em resposta, o líder do governo, senador Eduardo Braga (PMDB-AM), informou que enviará e-mails e telegramas a todos os parlamentares da base governista convocando-os para o esforço concentrado.

Voto secreto e vetos presidenciais estão na pauta

Vários dos projetos que devem ser votados pelo Plenário na semana de esforço concentrado tramitam na CCJ, onde ainda serão votados na próxima quarta-feira. Entre eles, está a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 43/2013, que acaba com o voto secreto.

A PEC ainda não é consenso entre os senadores e alguns alegam a possibilidade de constrangimento em votações de indicação de autoridades e na apreciação de vetos presidenciais. Renan Calheiros voltou a defender a aprovação

apenas da parte consensual: as votações de perda de mandato parlamentar.

Na terça-feira serão votados vetos presidenciais pelo Congresso. O mais polêmico é o relativo à multa adicional de 10% sobre o saldo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

Ainda na semana de esforço concentrado, deve ser realizada na quinta-feira a segunda sessão temática do Senado, com o tema saúde no Brasil. Devem participar os ministros da Saúde, Alexandre Padilha, e do Planejamento, Miriam Belchior.

Enviada para a Câmara PEC da perda automática de mandato de condenado

O presidente do Senado, Renan Calheiros, enviou ontem para a Câmara dos Deputados a Proposta de Emenda à Constituição 18/2013, que determina a perda imediata dos mandatos de deputados e senadores condenados, em sentença definitiva.

Os senadores concluíram a votação da matéria na

quarta-feira, com 61 votos favoráveis e 1 contrário. O presidente fez um apelo à Câmara para que vote com celeridade a proposta.

— Faço um apelo à Câmara dos Deputados para que dê consequência a essa importante reforma na Constituição — afirmou Renan Calheiros.

Mozarildo critica demora no julgamento de crimes eleitorais

Em pronunciamento ontem, Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) cobrou do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) o julgamento do atual governador de Roraima, José de Anchieta Júnior, que responde a processo por crime eleitoral que ainda aguarda decisão definitiva da Justiça.

— O processo se encontra no TSE desde 2011. Já passaram três relatores e nenhum deles apresentou seu voto. Agora está no quarto relator. O que a gente quer é que julgue — afirmou.

A demora do julgamento de crimes eleitorais gera a perda do objeto dos recursos e faz com que os governadores consigam exercer todo o mandato *sub judice*, o que prejudica a democracia e favorece a corrupção eleitoral, disse o senador. Mozarildo também defendeu proposta dele que cria a carreira de magistrado eleitoral.



Mozarildo acredita que morosidade da Justiça prejudica democracia

Figueiró defende “mudanças ousadas para tempos ousados”

Em discurso no Plenário ontem, o senador Rubem Figueiró (PSDB-MS) afirmou que a sociedade brasileira vem amadurecendo de forma muito mais rápida do que o imaginado por intelectuais. Esse amadurecimento, segundo o senador, exige resposta dos poderes públicos. A resposta do Legislativo poderia ser o voto aberto amplo.

— Está na hora de fazermos mudanças ousadas, porque os tempos são ousados — argumentou.

Na visão de Figueiró, a extinção do voto secreto no Parlamento seria uma boa resposta às exigências de transparência que a sociedade impõe ao Congresso. O senador acrescentou que um parlamentar não pode ter medo de evidenciar a própria opinião, pois “quem não deve não teme”.



Figueiró afirma que o voto aberto deve ser um exercício de coragem

80,4% dos entrevistados consideram que o dependente de drogas deve ser obrigado a passar por tratamento. Aumento de pena por tráfico também agrada a maioria

DataSenado revela apoio a internação obrigatória

PESQUISA DO DATASENADO revela que 80,4% dos brasileiros são favoráveis a que dependentes de drogas sejam obrigados a passar por tratamento. A sondagem também indagou a respeito do motivo que leva o indivíduo a se tornar um usuário e sobre a punição a usuários e traficantes.

Os dados foram coletados por meio de entrevistas telefônicas, entre 4 e 25 de junho, com 1.226 pessoas de todos os estados, e a margem de erro é de 3 pontos percentuais.

A população mostrou-se dividida quanto às causas que levam uma pessoa a ser usuária de drogas: 27,5% apontam a influência de amigos, 26,9% consideram a falta de apoio familiar, 22,8% avaliam tratar-se de escolha pessoal e 16,4% citam a falta de atitude do governo.

Para a maioria dos entrevistados, as penas aplicadas a traficantes e usuários de drogas devem ser aumentadas: 78,3% concordam com a ampliação

de 5 para 12 meses do período da prestação de serviços comunitários a que um usuário pode ser condenado e 82,8% apoiam o aumento da pena máxima de 10 para 24 meses para usuários pegos mais de uma vez.

Para 75,8% dos entrevistados, a punição por tráfico de pequena quantidade de drogas não deve ser menor que a dos demais casos.

Debate na CCJ

A ampliação da pena a traficantes e a internação involuntária foram discutidas terça-feira na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Os debatedores divergiram durante audiência sobre o projeto de lei da Câmara (PLC 37/2013) que altera o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (Sisnad).

Alice De Marchi, representante da ONG Justiça Global, rechaçou o uso da internação involuntária e da repressão ao

tráfico como política para lidar com a dependência química.

— A loucura e a dependência não se tratam com segregação. É preciso avançar com uma legislação que diminua o encarceramento — afirmou.

Além de cobrar uma diferenciação clara, na lei, entre usuário e traficante, o advogado Cristiano Maronna, da Rede Pense Livre, disse que o encarceramento reforça a tendência de ver “o pobre como traficante e o rico como usuário”. Ele considerou inconstitucional a ampliação da pena para até 15 anos de reclusão para o traficante no comando de organização.

— A pena por homicídio simples é de seis anos. Como é possível a pena [para o tráfico] ser maior do que matar alguém? — indagou.

Os médicos Dartiu Xavier da Silveira, da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), e Miriam Abou-yd, da Rede Nacional Internúcleos de Luta Antimanicomial,

Combate às drogas

Pesquisa ouviu, por telefone, 1.226 pessoas de todos os estados entre 4 e 25 de junho. A margem de erro é de 3 pontos percentuais



Fonte: DataSenado

questionaram não só a internação involuntária como o tratamento especial às comunidades terapêuticas, previstos no projeto.

— Não sou contra a internação. Sou contra a internação como política pública — ressaltou Silveira.

Já Miriam discordou do “acesso privilegiado” das comunidades terapêuticas na rede assistencial aos usuários. — É um exagero tamanho zelo com estas instituições.

Essa atenção às comunidades terapêuticas foi confirmada pelo secretário nacional de Políticas sobre Drogas do Ministério da Justiça, Vitore Maximiano. Apesar de o projeto proibir a internação nesses estabelecimentos, sua atuação foi assinalada como complementar. A expectativa do governo, que já financia

2 mil vagas em 80 comunidades, é ofertar 10 mil vagas.

Já o deputado Osmar Terra (PMDB-RS), autor do projeto, disse que a ideia é combater uma “gravíssima epidemia”. Por isso, o aumento da pena para líder de organização criminosa teria o objetivo de reduzir a circulação de drogas. Sobre a internação involuntária, explicou que seria um recurso disponível para o usuário que não tem mais consciência dos próprios atos.

Humberto Costa (PT-PE) e Eduardo Suplicy (PT-SP) observaram que, como questão de saúde pública, o tratamento de dependentes químicos não deveria ser abordado em proposta que regula a repressão ao tráfico. A audiência foi presidida por Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), relator do PLC 37.



A chamada cracolândia, no centro de São Paulo: pesquisa aponta rejeição a penas diferentes para pequeno traficante

Wellington pede mínimo de 15% da União em saúde

Wellington Dias (PT-PI) manifestou ontem esperança na definição pelo governo, nos próximos dias, de um percentual mínimo a ser destinado pela União para o financiamento da saúde. Ele relatou que a presidente Dilma Rousseff, durante encontro com líderes partidários, disse que a União poderia destinar 15% de sua receita para a saúde.

O senador explicou que, hoje, somente os estados e municípios têm percentuais mínimos definidos por lei.

— Assim como os



estados são obrigados a aplicar 12% e os municípios 15%, a União aplicará 15%. A meta é alcançar um valor bem maior, na medida em

que formos definindo receitas, sem criação de impostos — ressaltou.

Wellington defendeu um sistema descentralizado, a contratação de um “exército de profissionais” e a implantação de um cartão do Sistema Único de Saúde (SUS).

— Isso é uma mudança radical para o controle da corrupção e para permitir que o país tenha uma memória para balizar o planejamento.

Casildo exalta aprovação de benefícios a deficientes

Casildo Maldaner (PMDB-SC) destacou a aprovação, na Comissão de Direitos Humanos (CDH), de dois projetos dele que

beneficiam a pessoa com deficiência: o PLS 257/2013, que concede isenção de impostos (IPI, Cofins e Pis-Pasep) para acessórios de veículos adaptados para o uso de pessoa com deficiência, e o PLS 256/2013, que permite a dedução desses gastos do Imposto de Renda, inclusive feitos por doação de terceiros.

Para o senador, não basta o custo do veículo receber isenções,



pois é necessário instalar equipamentos especiais, adaptações que permitam a plena utilização, caso típico, por exemplo,

dos cadeirantes, sejam eles motoristas ou passageiros.

— O mercado já dispõe de uma vasta oferta: são bancos móveis, rampas elétricas, guinchos, elevadores e uma série de opções que não apenas facilitam a vida do usuário e garantem a segurança dele. Ocorre que o custo dos equipamentos inviabiliza a aquisição. Podem alcançar, facilmente, R\$ 50 mil.

Malta critica denúncia que liga tráfico a evangélicos

Malta (PR-ES) criticou o Ministério Público do Rio de Janeiro por denúncia que associa traficantes com

igrejas evangélicas. Ele disse que estuda a possibilidade de denunciar o promotor no Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

O senador explicou que os jornais *Extra* e *O Globo* publicaram matérias afirmando que traficantes de morros do Rio de Janeiro teriam se convertido a religiões evangélicas e estariam proibindo a prática da umbanda.



— Quero saber que dia que evangélico jogou a Bíblia em cima do banco, pegou uma escopeta, entrou num centro de macumba

e mandou parar com o ritual — disse.

Malta criticou a ameaça de um promotor de convocar líderes religiosos para fazer um termo de ajustamento de conduta.

— Como se a igreja estivesse debaixo dos pés do Ministério Público. Igreja não é clube de futebol. Se não conhece a lei, doutor, pegue o Código Civil e veja que está extrapolando suas funções.

Principal polêmica do Plano Nacional de Educação recebeu oito emendas e é questionada pela Federação Nacional das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais



Antonio Carlos Rodrigues, Aloysio Nunes, Vital do Rêgo e Anibal Diniz debatem na Comissão de Constituição e Justiça

Vital negocia atendimento regular a alunos especiais

ATÉ QUARTA-FEIRA, O relator do Plano Nacional de Educação (PNE) na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Vital do Rêgo (PMDB-PB), negocia com o governo um consenso sobre a universalização do atendimento, na rede regular de ensino, a alunos especiais entre 4 e 17 anos (Meta 4 do PLC 103/2012).

O senador precisa também se manifestar sobre 12 emendas apresentadas na CCJ. A Meta 4 é alvo de oito alterações, propostas por Francisco Dornelles (PP-RJ), Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), Ângela Portela (PT-RR) e Antonio Carlos Valadares (PSB-SE).

Com conteúdo idêntico, as emendas de Rollemberg e Dornelles resgatam a formulação da meta — e as respectivas estratégias traçadas — do texto aprovado pela Câmara.

A redação ressalvou a universalização “preferencialmente” na rede regular de ensino, garantindo atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou comunitários, e, nas formas complementar e suplementar, em escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

Pesquisas

A emenda de Ângela também recupera a redação da Câmara para a Meta 4, mas acrescentou mais duas estratégias. Ambas constam, com ligeiras modificações, do substitutivo de José Pimentel (PT-CE) aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). E se referem à realização de pesquisas interdisciplinares

para orientar políticas públicas de educação inclusiva e ao levantamento de dados estatísticos para traçar o perfil das pessoas com deficiência.

Autor de cinco emendas, Valadares sugeriu mudanças pontuais em estratégias da Meta 4. Assim como Ângela, recomendou a inserção — também com ajustes — das duas estratégias contidas no substitutivo da CAE. Mas inovou ao garantir o passe livre a alunos especiais de famílias carentes e ao prever a inclusão de estudos voltados ao atendimento educacional de pessoas com deficiência em programas de formação e pós-graduação de todas as licenciaturas. A maioria das emendas procurou privilegiar a assistência a estudantes com altas habilidades ou superdotação.

Serviço voluntário poderá contar crédito nos cursos de graduação

Quanto às outras quatro emendas, três são de Sérgio Souza (PMDB-PR) e alteram mais três metas do PNE. Ele recomenda a ampliação das metas do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) para 2021, o aproveitamento da prestação de serviço voluntário como crédito para atividades exigidas nos cursos de graduação e a contabilização do tempo de serviço voluntário como pontuação extra nos concursos para professor da rede pública.

Outra emenda, de Pimentel, acrescentou ao projeto parte das disposições da Lei 12.858/2013, que regula a destinação de parcela dos royalties do petróleo para as áreas de educação e saúde.

O reforço orçamentário para a educação deverá ocorrer da seguinte forma: repasse de 75% das receitas obtidas, respectivamente, pela União e por estados, Distrito Federal e municípios com os royalties e de 50% da arrecadação do Fundo Social do pré-sal.

Apas temem fim da educação a deficientes nas escolas públicas

O projeto estava na pauta da CCJ de quarta-feira, mas, acatando pedido feito pelo líder do governo no Senado, Eduardo Braga (PMDB-AM), Vital — que além de relator é presidente da comissão — adiou a análise por uma semana, para viabilizar um consenso em torno das mudanças adotadas no substitutivo da CAE, sobretudo sobre a Meta 4, principal polêmica que envolve o PNE.

A Federação Nacional das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (Fenapaes) teme que a prioridade de inclusão dos alunos especiais no ensino regular leve ao fim

da educação especial nas escolas públicas. Também gerou inquietação a previsão de fim dos repasses do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), a partir de 2017, para instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas conveniadas com o poder público e que oferecem ensino especial, como a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apaes).

Depois de passar pela CCJ, que deverá discutir a constitucionalidade e juridicidade, a proposta terá o mérito analisado pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

Suplicy lê relatório do Programa Ciência Sem Fronteiras

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) leu ontem em Plenário o relatório enviado pelo presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), Jorge Almeida Guimarães, com esclarecimentos sobre o Programa Ciência Sem Fronteiras, do governo federal. De acordo com o senador, o relatório é fundamental para a sociedade e para candidatos ao programa.

O presidente da Capes informa que o programa tem por meta consolidar e expandir a ciência, a tecnologia, a inovação e a competitividade, além de criar oportunidades no Brasil para cientistas e pesquisadores estrangeiros.

O relatório revela que, desde julho de 2011, já foram concedidas 53.552 bolsas nas várias modalidades apoiadas pelo programa, sendo 43.184 bolsas-sanduíche (modalidade

em que o estudante pode fazer graduação ou pós-graduação no exterior, intercalando com o curso no Brasil). De acordo com Suplicy, o documento também possibilita verificar que os estudantes brasileiros estão tendo acesso a estudos em diversos países.

O senador informou que os potenciais candidatos ao Programa Ciência sem Fronteiras podem encontrar todas as informações sobre

o programa no site da Capes (www.capes.gov.br) e no próprio site do programa (www.cienciasemfronteiras.gov.br).

Suplicy cumprimentou os ministros da Educação, Aloizio Mercadante, e da Ciência e Tecnologia e Inovação, Marco Antonio Raupp; o presidente da Capes, Jorge Almeida Guimarães; e a própria presidente Dilma Rousseff, pelo desenvolvimento do Programa Ciência sem Fronteiras.



Documento revela acesso a estudo em outros países, afirma Suplicy

Renan busca acordo para a Timemania

A Câmara retirou da Medida Provisória (MP) 615/2013 a emenda que reabriria o prazo para que grandes clubes de futebol pudessem se reintegrar à loteria Timemania. O presidente do Senado, Renan Calheiros, reafirmou o compromisso com o autor da proposta, Francisco Dornelles (PP-RJ), de resolver o assunto em outra MP.

A votação do projeto de lei de conversão (PLV 21/2013) oriundo da MP 615/2013 foi concluída quarta-feira pelo Senado. Entre outros temas, o texto autoriza subvenção econômica

aos produtores da safra 2011-2012 de cana-de-açúcar e etanol do Nordeste, permite posse de arma para agentes penitenciários e trata da hereditariedade na exploração do serviço de táxi.

A ideia é que a emenda da Timemania seja incluída na MP 618/2013, em exame no Congresso, que autoriza a emissão de títulos públicos para aumentar em até R\$ 15 bilhões o capital social da empresa pública Valec, responsável pela construção e exploração de ferrovias. O relator da MP 618 é Valdir Raupp (PMDB-RO).

Adiada análise de MP que isenta transporte

A votação, em comissão mista, da medida provisória que zera o PIS-Pasep e a Cofins sobre o transporte público (MP 617/2013) foi adiada para terça-feira. O relator, deputado Mário Negromonte (PP-BA), pediu mais prazo para mudar o parecer, devido à publicação ontem, no *Diário Oficial da União*, da Lei 12.860/2013, que desonera PIS-Pasep e Cofins sobre a receita decorrente dos serviços de transporte coletivo municipal rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário. A lei originou-se no PL

2.729/2011, do deputado Mendonça Filho (DEM-PE)

Para evitar duplicidade, Negromonte deve suprimir do texto da MP 617/2013 o trecho já contemplado na nova lei.

A MP propunha isenção só para o transporte coletivo em ônibus, metrô e trens urbanos. O relator estendeu o benefício para o transporte aéreo e o transporte de passageiros feito em barcos. O texto beneficia com a isenção desses tributos o transporte rodoviário de passageiros entre municípios e entre estados. (Com Agência Câmara)

Requião quer impedir leilão do Campo de Libra

Simon e Randolfe também assinam projeto que aponta como razão as denúncias de espionagem do governo norte-americano e irregularidades no contrato de exploração das reservas de petróleo

DENÚNCIAS DE QUE a Petrobras teria sido alvo de espionagem do governo dos Estados Unidos levaram Roberto Requião (PMDB-PR) a apresentar projeto de decreto legislativo para sustar o edital do leilão do Campo de Libra, no pré-sal na Bacia de Santos (SP), marcado para 21 de outubro. O projeto também é assinado por Pedro Simon (PMDB-RS) e Randolfe Rodrigues (PSOL-AP).

— Eu gostaria que a presidente Dilma já tivesse resolvido esse problema com a rapidez com que o presidente Barack Obama resolve os problemas que afetam os interesses da economia dos Estados Unidos — disse Requião.

Um dos argumentos dos senadores é o valor que a Petrobras pagou à União pelo campo. Deveria extrair 5 bilhões de barris, mas depois das perfurações encontrou reservas equivalentes a 24 bilhões de barris. Segundo Requião, pela lei, a União deveria negociar um contrato de partilha pelos 19 bilhões excedentes, mas, em vez disso, resolveu leiloar o campo.

— É algo inédito no planeta. Nem país militarmente ocupado leiloa petróleo já descoberto — afirmou.



Leilão de novos poços de petróleo na Bacia de Campos está comprometido, segundo Requião

Para Requião, essa e outras irregularidades citadas na justificativa do projeto já seriam suficientes para a suspensão do leilão. Ele acrescentou que a situação se agravou ainda mais com as denúncias de espionagem do governo norte-americano. Disse considerar que a invasão de arquivos e comunicações da empresa “agrave a soberania nacional e compromete irremediavelmente a realização do leilão”.

300 picaretas

O senador lembrou de declaração do ex-presidente

Luiz Inácio Lula da Silva na época do anúncio da descoberta de petróleo na camada pré-sal de que os campos eram patrimônio da nação e não deveriam ser entregues a meia dúzia de empresas. Requião também citou outra declaração do ex-presidente, sobre a existência de “300 picaretas” no Congresso, para cobrar dos colegas a defesa dos interesses do Brasil.

— Somos aqueles 300 picaretas sobre os quais o Lula falava? Ou existe nacionalismo de verdade, interesse público e coragem para defender o país? — questionou.

Presidente da Petrobras falará sobre espionagem

A suspeita de espionagem contra a Petrobras levou também à aprovação, pela Comissão de Relações Exteriores (CRE), de realização de audiência pública conjunta com a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e com a CPI da Espionagem. Foram convidados a presidente da Petrobras, Graça Foster; a diretora-geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP), Magda Chambriard; e os ministros da Defesa, Celso Amorim; das Relações Exteriores, Luiz Alberto Figueiredo Machado; e do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, general José Elito Carvalho Siqueira. A CRE aprovou também requerimento de Randolfe Rodrigues para audiência sobre a situação de 40 mil brasileiros que vivem na Guiana Francesa.

Para Renan, país precisa desenvolver proteção

O presidente do Senado, Renan Calheiros, defendeu o desenvolvimento de sistemas de informação para proteger o país de espionagem. Renan disse acreditar que o Brasil não está livre de ser espionado por outros países.

O programa *Fantástico*, da TV Globo, noticiou que a Petrobras e a presidente Dilma Rousseff teriam sido alvo de espionagem dos Estados Unidos. O Senado instalou a CPI da Espionagem, que aprovou requerimentos para ouvir, provavelmente na terça-feira, o jornalista Glenn Greenwald, que denunciou a espionagem, e representantes da ANP e da Petrobras.

— Ficar apenas reclamando não acrescenta nada. Temos que desenvolver sistemas que preservem os interesses do país — disse Renan.

Ferraço aponta desafios na gestão do comércio mundial

O presidente da Comissão de Relações Exteriores (CRE), Ricardo Ferraço (PMDB-ES), falou ontem nos desafios que aguardam o novo diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), o brasileiro Roberto Azevêdo.

Segundo o senador, são pouco animadoras as perspectivas sobre multilateralismo, como mostra o impasse que perdura há mais de uma década na Rodada Doha, como foram denominadas as negociações multilaterais da OMC em Catar, em 2001.

Para Ferraço, a crise econômica de 2008 deixou graves sequelas principalmente nas economias desenvolvidas, assoladas pelo baixo crescimento e o alto desemprego. Outros resultados, disse, são o recrudescimento do protecionismo e a corrida por acordos bilaterais.

O presidente da CRE previu

que em dezembro, na Indonésia, a capacidade de liderança e articulação de Azevêdo será posta à prova em reunião que pode relançar ou terminar de sepultar a Rodada Doha.

— No núcleo da discórdia que até aqui inviabilizou Doha, estão as negociações sobre agricultura. Cuida-se do capítulo que mais afasta os interesses do Sul, que desejam ampliar seu acesso a mercados, enquanto os países desenvolvidos relutam para preservar estruturas agrícolas que são insustentáveis sem subsídios e outras proteções artificiais — acrescentou.

Luiz Henrique (PMDB-SC) e Ana Amélia (PP-RS) apoiaram a manifestação de Ferraço sobre a posse do diplomata brasileiro na direção-geral da OMC, ocorrida em 9 de setembro, em Genebra, Suíça.



Ferraço comenta posse de brasileiro na Organização Mundial do Comércio

Ana Amélia cita reclamações de investidores estrangeiros

Ao relatar viagem de dois dias aos Estados Unidos, patrocinada pela Câmara Americana de Comércio, Ana Amélia (PP-RS) afirmou que, sobre o Brasil, empreendedores queixam-se de burocracia excessiva, alto custo operacional, lentidão nas negociações e imprevisibilidade decorrente da insegurança jurídica. Ela disse que, embora oposição e situação estejam unidas no Brasil contra a espionagem denunciada, as relações econômicas entre as duas nações não podem ser



Denúncia de espionagem não pode afetar comércio, afirma Ana Amélia

contaminadas: o comércio bilateral superou US\$ 70 bilhões no ano passado, com déficit para o Brasil de US\$ 6 bilhões.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro
Segunda-secretária: Ângela Portela
Terceiro-secretário: Ciro Nogueira
Quarto-secretário: João Vicente Claudino
Suplentes de secretário:
 Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

Diretora-geral: Doris Peixoto
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich
Diretor-adjunto: Flávio de Mattos
Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

AGÊNCIA SENADO

Coordenador: Marco Antonio Reis (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sheyla Assunção
Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia
Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Coordenador: Flávio Faria (61) 3303-3333

Editor-chefe: Sílvio Burle

Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Ricardo Westin

Diagramação: Ronaldo Alves e Sandro Alex

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Aprovada indicação para embaixada na Irlanda

Comissão de Relações Exteriores acatou indicação de Afonso Cardoso, que expôs, na sabatina, detalhes das relações econômicas entre Brasil e Irlanda, destacando oportunidades na oferta de energia limpa

ATUALMENTE LOTADO EM Toronto (Canadá), onde é cônsul-geral, o diplomata Afonso Cardoso foi indicado para ser o embaixador do Brasil na Irlanda. O nome foi aprovado ontem pela Comissão de Relações Exteriores (CRE). Para ser confirmada, a indicação ainda tem de passar por votação no Plenário.

Ao comentar, durante a sabatina, as relações entre Brasil e Irlanda, o diplomata destacou que o Brasil exporta para aquele país cerca de US\$ 357 milhões ao ano, enquanto importa em torno de US\$ 700 milhões. Cardoso chamou a atenção para o fato



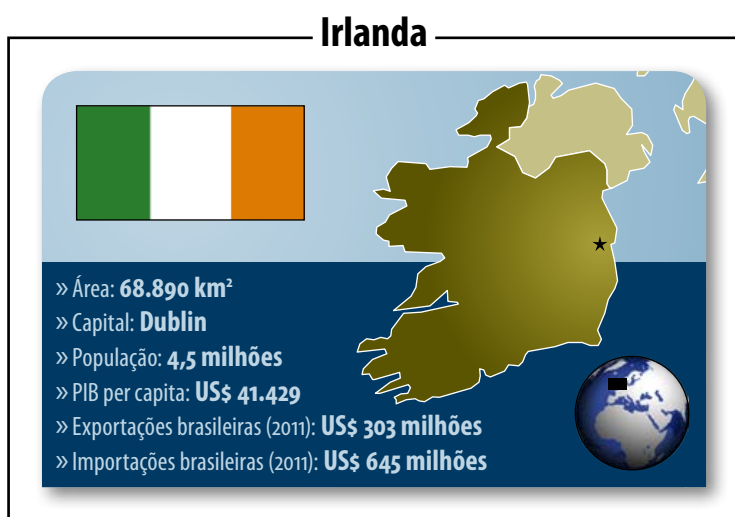
Aprovado em sabatina, indicação de Afonso Cardoso vai agora ao Plenário

de que tanto as exportações como as importações entre os dois países são dominadas por produtos manufaturados. E, ao apontar possíveis oportunidades, sublinhou a dependência irlandesa em relação aos

combustíveis fósseis (cerca de 95%).

— Uma das possibilidades para o Brasil é a oferta de energia limpa para eles — afirmou.

O diplomata lembrou que, devido ao desenvolvimento econômico experimentado a partir da década de 90, a Irlanda ficou conhecida como Tigre Celta. Ele ressaltou que “os investimentos maciços em educação” foram uma das causas do desenvolvimento. Recordou, porém, que, com a crise financeira de 2008, a economia do país foi muito prejudicada. Destacou também que a Irlanda está em 7º lugar no ranking dos países com melhores índices de desenvolvimento humano, enquanto o Brasil ocupa a 84ª posição.



José Roberto de Almeida representará o Brasil na CPLP

A Comissão de Relações Exteriores aprovou o nome de José Roberto de Almeida Pinto para o cargo de representante permanente do Brasil junto à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Para ser confirmada, a indicação ainda tem de passar por votação no Plenário.

A comunidade é formada por oito países: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.



Almeida Pinto foi cauteloso ao falar a respeito do acordo ortográfico

Durante a sabatina que antecedeu a aprovação na CRE, Ana Amélia (PP-RS) questionou José Roberto a respeito

das dificuldades de implementação do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

O diplomata respondeu que essas questões têm caráter técnico e cabem a especialistas, mas assinalou que, sob os prismas internacional e da política de implementação do acordo, que são a área de atuação dele, “qualquer reflexão sobre o tema deve tratar com muita cautela sugestões mais radicais em relação ao acordo que se baseiem em identificações de imperfeições”.

Suspensão exame de embaixador na Bolívia

A Comissão de Relações Exteriores decidiu ontem suspender temporariamente o exame da indicação do diplomata Raymundo Santos Rocha Magno para embaixador do Brasil na Bolívia. Os senadores querem conhecer, em detalhes, a situação que envolveu a fuga do senador Róger Pinto Molina — que estava asilado na embaixada brasileira em La Paz —, em 24 de agosto, organizada pelo então encarregado de negócios brasileiro Eduardo Saboia.

O fato gerou a queda do

então ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota. A decisão de sustar o exame da indicação para a embaixada em La Paz atendeu sugestão do relator da matéria, Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE).

Na avaliação do relator da mensagem, enquanto “a espada de Dâmocles pesar sobre o pescoço de Eduardo Saboia”, não for equacionado o impasse Brasil-Bolívia e encontrada uma solução humanitária para o senador Róger Pinto Molina, não existem condições para indicar um novo embaixador

brasileiro na Bolívia. O parlamentar esclareceu que a suspensão do debate não tem relação com as qualificações do indicado.

Os senadores aprovaram requerimento, que será enviado ao Ministério das Relações Exteriores, solicitando uma série de informações. A comissão quer ter acesso às correspondências enviadas por Saboia ao Itamaraty e às respostas ao então encarregado de negócios em La Paz no episódio da concessão de asilo a Róger Pinto Molina.

Prisão cautelar com fins de extradição tem regras definidas

A Comissão de Relações Exteriores aprovou ontem novas regras para prisão cautelar com fins de extradição. A comissão acolheu as mudanças feitas pelos deputados no projeto original (PLS 126/2008), de iniciativa da CPI da Pedofilia. O texto, que foi relatado favoravelmente pelo senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), segue para o exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

De acordo com o texto aprovado, o Ministério da Justiça continua com a prerrogativa de examinar os pedidos e até de arquivá-los, quando não atenderem

pressupostos legais, como descrições completas sobre local, data, natureza e circunstâncias do fato criminoso. Mas a decisão final, após o encaminhamento dado pelo ministério, será do Supremo Tribunal Federal.



Relatório favorável de Jarbas Vasconcelos segue para a CCJ

Acordo entre Brasil e Reino Unido evita bitributação

O Plenário do Senado aprovou ontem o projeto de decreto legislativo (PDS 123/2013) que ratifica o acordo entre os governos do Brasil e do Reino Unido para evitar a dupla tributação de salários recebidos por membros de tripulação de aeronaves operadas em tráfego internacional.

O ato internacional fixa a residência do tripulante como regra de conexão.

Dessa forma, o Estado em que o contribuinte estabelece habitação permanente tem o direito exclusivo de tributação.

De acordo com a legislação britânica, o imposto de renda é devido em relação aos rendimentos anuais de qualquer pessoa, ainda que não residente no Reino Unido, decorrentes do exercício de profissão nesse país.

Luiz Henrique quer urgência para os tratados internacionais

A Comissão de Relações Exteriores vai propor à Casa Civil que encaminhe os acordos internacionais em regime de urgência para ratificação pelo Congresso. Com a sugestão, Luiz Henrique (PMDB-SC) pretende solucionar “a burocracia que paralisa por anos a tramitação dos acordos” e impedir que “continuem dormitando nas gavetas parlamentares”.

O senador apresentou projeto de resolução propondo que o Senado tenha prerrogativa única de apreciação dos acordos, tratados e atos

internacionais. Ele também quer que a CRE que peça ao governo a relação de todos os projetos com prioridade para ratificação pelo Congresso.



Senado deve ter prerrogativa para apreciar acordos, diz Luiz Henrique

Senadores farão visita oficial ao novo chanceler

Por sugestão de Luiz Henrique (PMDB-SC), os integrantes da Comissão de Relações Exteriores (CRE) farão uma visita oficial ao novo ministro das Relações Exteriores, Luiz Alberto Figueiredo Machado. Ao mesmo tempo, o colegiado aprovou ontem convite ao chanceler para uma audiência pública a respeito da política externa brasileira,

em data ainda a ser definida.

Um dos assuntos em pauta na reunião deverá ser a crise nas relações entre Brasil e Bolívia, agravada após a fuga para o Brasil — organizada pelo então encarregado de negócios Eduardo Saboia —, do senador boliviano Róger Pinto Molina, que estava asilado na embaixada brasileira em La Paz.

Municípios poderão definir áreas de preservação ambiental urbanas

Projeto pretende ajudar prefeituras a lidar com a dificuldade de conciliar aspectos ambientais e sociais nas ações de desenvolvimento

ESTÁ PRONTO PARA entrar na pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) projeto de lei que possibilita aos municípios determinar a largura das áreas de preservação permanente (APPs) nas margens de cursos d'água em zonas urbanas. A fixação das áreas, segundo a proposta, deverá constar nos planos diretores e leis sobre uso e ocupação do solo, respeitados os planos de defesa civil, e após audiência dos conselhos estaduais e municipais de Meio Ambiente.

Para tratar das APPs em espaços urbanos, o Projeto de Lei do Senado (PLS) 368/2012 acrescenta dois parágrafos no Código Florestal (Lei 12.651/2012).

Ao justificar a proposta, Ana Amélia (PP-RS) ressaltou que o código prevê novas regras para proteger a vegetação nativa em APPs, tanto nas áreas rurais como nas urbanas. No entanto, de acordo com a senadora, em zonas urbanas as peculiaridades dos municípios podem



Proposta permite que municípios como Nanuque (MG) determinem largura das áreas de preservação nas margens de rios

conflitar com a metragem das áreas hídricas, o que cria dificuldades para desenvolver as funções sociais das cidades e garantir o bem-estar dos moradores.

A medida abrange as faixas marginais de qualquer curso d'água natural localizadas em áreas urbanas, regiões metropolitanas e aglomerações urbanas. Pela proposta, áreas urbanas são as compreendidas nos perímetros urbanos definidos por lei municipal.

No parecer pela aprovação da matéria, o relator, Armando Monteiro (PTB-PE), disse que a manutenção das APPs em regiões urbanas visa manter as funções ecológicas, bem como prevenir desastres naturais, como enchentes e deslizamentos.

O senador observou que o Código Florestal trata indistintamente as zonas urbanas e rurais e determina que os municípios observem como limites das APPs urbanas as

mesmas dimensões previstas para as rurais. Na opinião do parlamentar, pode haver conflito entre o crescimento urbano e a proteção ambiental e ambos os aspectos devem ser considerados.

“Quando se trata das APPs em áreas urbanas, é imprescindível disciplinar o uso de solo de forma a atender a aspectos sociais e econômicos de ordenamento territorial, e não apenas os ambientais”, salienta Armando.



Valdemir Barreto/Agência Senado

Valdir Raupp: “Concentração agrava desigualdade social”

Raupp aponta concentração de renda no campo

Valdir Raupp (PMDB-RO) manifestou ontem em Plenário preocupação com a crescente concentração da renda do setor rural no Brasil ao longo das últimas décadas.

Citando dados de livro do presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Maurício Lopes, Raupp observou que, em 2006, de acordo com o último Censo Agrícola, 11% dos produtores rurais brasileiros amalharam 87% do valor bruto de toda a produção agropecuária.

A saída para o problema, na visão de Raupp, seria a ampliação do acesso dos produtores a assistência técnica e extensão rural, bem como a financiamentos bancários.

Ministro da Agricultura virá a audiência dia 26

O ministro da Agricultura, Antonio Andrade, participará de audiência pública na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) no próximo dia 26 e deverá debater, entre outras prioridades da pasta, o Plano Safra 2013-2014 e o controle da aftosa nos rebanhos brasileiros.

Conforme informou o presidente da CRA, Benedito de Lira (PP-AL), em reunião da comissão ontem, o Ministério da Agricultura comunicou, no início de agosto, a erradicação da aftosa com vacinação nas últimas áreas que ainda não eram consideradas livres da doença: sete estados do Nordeste (Alagoas, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí e Rio Grande do Norte) e o norte do Pará.

— Esses estados, que até então estavam proibidos de transportar e comercializar animais, passaram agora a



Marcos Barquimaco/Socom-MT

Controle da aftosa nos rebanhos brasileiros será um dos temas em debate

pertencer a um único Brasil. Até então, tínhamos o Brasil do Sul, Sudeste e Centro-Oeste, que podia fazer qualquer tipo de comercialização e exportação de produtos oriundos da cadeia produtiva da carne, enquanto estados do Nordeste e Norte estavam impossibilitados de exercer sua atividade com liberdade e abrangência — contou.

A audiência agendada para o próximo dia 26 também

poderá contar com o ministro do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas, mas ele ainda não confirmou participação no debate.

Já confirmaram que acompanharão Andrade o presidente da Embrapa, Maurício Lopes, e o presidente da Conab, Rubens Rodrigues dos Santos.

Adiamentos

O exame das três proposições que constavam na pauta de

ontem foi transferido para a próxima reunião deliberativa da comissão. O substitutivo do senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) a projeto (PLS 718/2007) que trata da devolução de embalagens vazias de produtos de uso veterinário é um dos itens que estavam na agenda da CRA.

Outra proposição (PLS 679/2011) que teve a análise adiada foi a que institui a Política Nacional de Apoio aos Agrotóxicos e Afins de Baixa Periculosidade. Apresentada por Ana Rita (PT-ES), a proposta tem voto favorável do relator, Ivo Cassol (PP-RO).

A terceira matéria que estava na agenda do colegiado (PDS 90/2007) modifica regras de comercialização de alimentos geneticamente alterados. O texto, apresentado por Kátia Abreu (PSD-TO), recebeu voto pela rejeição do relator, Flexa Ribeiro (PSDB-PA).



Valdemir Barreto/Agência Senado

Anibal está confiante no potencial econômico do petróleo no Acre

Anibal divulga seminário sobre petróleo e gás no Acre

Anibal Diniz (PT-AC) fez ontem em Plenário um convite à população da capital acriana para que participe de seminário que será realizado hoje, na sede da Federação das Indústrias do Estado do Acre, sobre o tema “Exploração e produção de petróleo e gás na Bacia do Acre: oportunidades de investimentos”.

De acordo com Anibal, no seminário serão apresentadas informações relevantes sobre as bacias sedimentares terrestres e o resultado da exploração de petróleo e gás no Peru, país que faz fronteira com o Acre.

— Esse tema é extremamente relevante porque envolve potencialidades que podem se transformar em riquezas e em desenvolvimento econômico e social para o Acre — disse.

Demarcação de terras será debatida

Conflitos recentes entre índios e produtores rurais em diversos estados motivaram os senadores da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) a convidar o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, para discutir a sistemática de demarcação

de terras indígenas no país.

Proposto pelo presidente da CRA, Benedito de Lira (PP-AL), o debate foi apoiado por vários senadores da comissão e está previsto para acontecer no dia 6 de outubro, mas a data precisa ser confirmada pelo ministro. A audiência pública

também terá a participação da presidente interina da Funai, Maria Augusta Assirati.

Serão convidados ainda o presidente da Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul (Famasul), Eduardo Riedel, e o procurador Rodinei Candeia.



Pedro Franco/Agência Senado

Benedito quer ouvir ministro da Justiça sobre os conflitos de terra